

PROCESSO FORMATIVO NA LEC UFVJM: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ESTUDANTE DE LINGUAGENS E CÓDIGOS EM FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sandra Moreira da Silva¹

¹Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, driokiau@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo do artigo é analisar o processo formativo no curso de Licenciatura em Educação do Campo considerando-se as várias mudanças e percepções que o mesmo traz para a vida do estudante quanto futuro profissional. Visa também apresentar propostas de como trabalhar a gramática de forma contextualizada, sendo esta uma das linhas de uma educação dialógica.

Palavras-chave: Educação, formação, alternância, gramática contextualizada

1. Introdução

Este trabalho é resultado de observações tidas ao longo da formação no curso Linguagens e Códigos na Licenciatura em Educação do Campo (LEC) na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). A reflexão sobre tais observações coloca em foco desafios que o estudante e, futuramente profissional educador do campo, enfrenta e enfrentou neste processo de formação. Percebemos que ainda há uma grande demanda de profissionais com perfis mais alinhados às premissas da educação do campo. Notou-se também que existem aqueles que já atuam nestes contextos, mas que não se reconhecem especificamente como educadores do campo. Considerando a política pública de formação universitária de professores em Educação do Campo como uma alternativa para essa lacuna observada, é importante também apontarmos possíveis dificuldades, como também transformações positivas que uma formação em alternância e contextualizada – como a experienciada na LEC-UFVJM – pode proporcionar ao egresso da educação do campo.





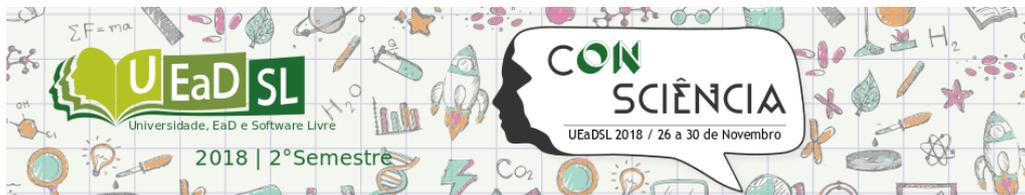
2. Reflexão teórica

O que é ser professor de Linguagens e Códigos no contexto da Educação do Campo local?

O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM, a exemplo da educação do campo como um todo, nasceu de um contexto de lutas a favor de transformações sociais concretas para o povo camponês. Esse acontecimento histórico se torna perceptível ao se analisar o perfil dos sujeitos atendidos por essa política pública. Nota-se que a maior parte da comunidade atendida pelo curso da UFVJM é composta por representantes de grupos que, ao longo da história do país, foram deixados à mercê de políticas públicas e de uma educação realmente significativa e democrática. Em anos recentes, houve avanços em prol de tal educação, sendo desenvolvida a partir das demandas do campesinato favorecendo, em essência, os sujeitos do campo, bem como demais que buscam por uma educação de qualidade.

Neste sentido, a institucionalização de um curso em regime de alternância, permitindo, como um dos resultados de políticas públicas para o campo, uma educação que seja em dois tempos e espaços formativos distintos – a comunidade e a universidade, busca também proporcionar uma formação ao educador que esteja articulada com as reais necessidades de sua comunidade. Diferente da educação tradicional que é pensada por pessoas que não compartilham das necessidades locais dos educandos, a alternância, do ponto de vista pedagógico, traz pontos muito significativos que favorecem uma melhor formação. Um exemplo básico é que o curso na LEC-UFVJM tem um calendário pensado a partir das demandas da comunidade escolar. O curso, realizado com aulas presenciais em janeiro e julho possibilita ao aluno passar mais tempo em sua comunidade. Nesse tempo, conhecido por “Tempo Comunidade”, o estudante faz investigações sobre a cultura local, história dos povos e regiões, variações linguísticas, causos etc. As atividades desenvolvidas são voltadas para os interesses de sua região de forma que possam dar um retorno positivo a comunidade. Assim, tem-se em





desenvolvimento uma formação baseada não apenas em livros didáticos, contemplando somente uma cultura ou uma história longe dos sujeitos do campo, mas também algo que esteja ligado a sua realidade, dando-lhe, assim, a possibilidade de realizar uma intervenção no seu meio e participar genuinamente da própria formação. Ou seja, estuda-se as disciplinas e assuntos da base curricular nacional, mas de uma forma que não silencie a realidade dos estudantes e suas origens. Dentro de uma área mais ampla, uma das habilitações oferecidas na LEC-UFVJM é Linguagens e Códigos.

Costumeiramente, a área de Linguagens é vista de forma reducionista, sobretudo quando se trata da língua e do ensino de línguas. Tem-se a sensação de que quem faz um curso de Letras, equivalente à habilitação em Linguagens, tem a “obrigação” de saber tudo a respeito das características formais da língua, todas as normas gramaticais e todos os significados de todas as palavras. É um “tudo” vazio. Mas isso é o que a maioria das pessoas espera de um estudante dessas áreas. Há um pressuposto de que a língua seria apenas isso e, diante dessa situação, pode ocorrer de o estudante ser estigmatizado se não usar, na sua fala, todas as flexões exigidas pela norma padrão. Dessa forma, muitos universitários da área de linguagens se sentem na responsabilidade de “dominar a língua”, o que além de não ser uma tarefa fácil não é nem de longe sensata, posto que a língua enquanto fato social, em situações reais, é algo que está muito além do que os dicionários e gramáticas definem. Pensar na língua como esse elemento articulado com o contexto, à sociedade e às relações de poder requer de nós uma nova postura ao nos relacionarmos com ela em sala de aula. Uma pedagogia dialógica vai desempenhar um papel fundamental neste sentido. Conforme Ira Shor, em seu diálogo com Paulo Freire em *Medo e Ousadia*, “o método dialógico também envolve trabalho, mas traz um potencial de criatividade e ruptura que oferece recompensas inesperadas, a iluminação para ambas as partes.”

A partir do ingresso no ensino superior as mudanças pela qual o universitário passa dentro da LEC-UFVJM ocorrem não só em relação a língua, mas em vários âmbitos.





Um deles é a forma de enxergar e entender sob nova perspectiva o nosso lugar. Com as discussões, debates e reflexões propostas dentro do curso, a gente passa a perceber pontos antes nunca notados. O sentimento de pertença passa a desabrochar em nós e assim ressignificamos a nossa experiência com o campo. Há estudantes que antes tinham vergonha do próprio lugar e desejavam ganhar a vida longe, como se apenas as grandes cidades oferecessem o melhor modo de vida e subsistência. A partir do conhecimento adquirido ao longo do curso, estes mesmos estudantes perceberam as riquezas históricas e culturais do seu meio. De forma prática, o curso também incentiva direta ou indiretamente a cultivar a terra de maneira responsável.

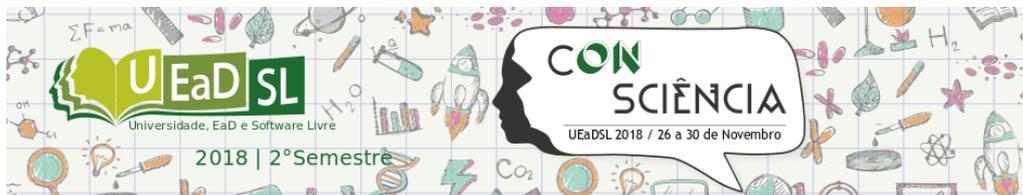
Embora se constate, através de experiências vivenciadas por estudantes do campo, a importância de um professor alinhado com o perfil de uma educação do campo, percebe-se ainda resistência até mesmo de educadores em reconhecer tal importância para o cenário educacional. Dessa forma, o licenciado em educação do campo com habilitação em linguagens e códigos tem um desafio imposto por aqueles que deveriam compartilhar de um ideal de educação emancipadora, mas estão atrelados a um sistema de educação que comprovadamente não resultou em benefícios para o objeto principal da educação - o estudante. A falta de motivação também pode ser um desafio ao adotar uma pedagogia emancipadora. O descaso de autoridades, pais e dos próprios estudantes tem dificultado o trabalho do professor. Pensar numa educação dialógica nas circunstâncias atuais requer coragem e persistência.

3. Da reflexão à proposta prática:

Como deve ser uma aula de gramática(s) do português no contexto do campo?

Pensando nas reflexões feitas anteriormente, podemos pensar em propostas práticas a serem adotadas em sala de aula ao se trabalhar com a língua dentro de um contexto do campo. Um dos entraves que o professor da área sempre veio enfrentando diz respeito a como lidar com a questão da gramática, uma vez que ela precisa ser ensinada, posto que é esta uma das funções da escola. Ao mesmo



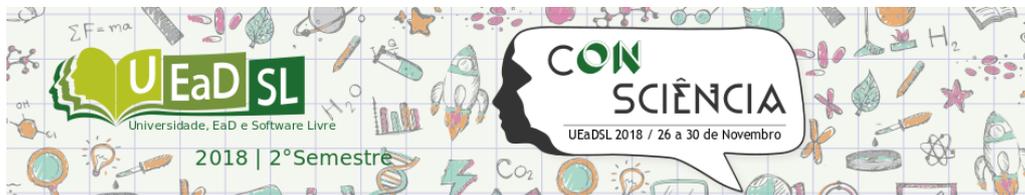


tempo, porém, dada sua formação dialógica, o educador do campo tem agora uma preocupação real que é trabalhá-la de forma que faça sentido para os estudantes. Um dos melhores apontamentos que se tem neste sentido é a epilinguística, que é pensar a gramática a partir das produções textuais do próprio aluno e com a participação dele quanto às ponderações e análises. Ao propormos uma educação dialógica, pensamos também, enquanto professores de língua portuguesa, em uma gramática que seja contextualizada. Podemos pensar, por exemplo, uma forma de explorar mais recursos da gramática, metalinguística e epilinguística. Por exemplo, os estudantes podem identificar classes gramaticais, bem como termos da oração em suas próprias produções textuais. Além disso, eles podem perceber as possibilidades de explorar os sentidos e as significações a partir das escolhas de palavras e construções gramaticais.

Uma das tarefas da escola é trabalhar o ensino de gramática normativa em sala de aula, isso é importante porque, entre outros fatores, desenvolverá habilidades de escrita do estudante. Segundo Bezerra (2013) e em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – PCN (Brasil, 1997 e 1998), “é sugerido que o ensino se pautar na língua falada, na leitura, na escrita e na análise linguística, como eixos norteadores das atividades didáticas.” Assim, é fundamental trabalhar a gramática de forma contextualizada, como proposta, partindo de textos do próprio aluno, a fim de que possa fazer sentido para ele.

Dessa forma, pode-se propor aos estudantes uma produção de texto que seja pertinente a sua realidade. Pode-se até mesmo sugerir que tragam textos de circulação comunitária. A proposta não é somente abordar questões gramaticais, mas também de produção de sentido a partir de escolhas gramaticais. Certamente, será necessário fazer uma breve retomada sobre as classes gramaticais, propor atividades e corrigir com a participação da turma. Em uma atividade metalinguística, em que a linguagem se refere a si mesma, é importante trazer um texto como referência em vez de apenas “jogar” as regras aleatoriamente no quadro. Pode-se partir de um texto que fale sobre a própria sintaxe/gramática, como, por exemplo, “o assassino e o escriba”, de Paulo Leminski e “Pronominais”, de Oswald de Andrade.





Um texto é um ponto de partida para discussões acerca da própria gramática. Claro que terá casos em que a gramática deverá estudada de forma mais “fria”, como para um concurso, por exemplo. Mas de maneira geral, as análises gramaticais e sintáticas devem vir de dentro e em torno de textos, observar suas possibilidades de significações. Neste sentido, o estudante analisará a gramática dentro de seus próprios textos fazendo uma reflexão do seu uso, o porquê de determinadas escolhas gramaticais, efeitos de sentido etc. Durante este processo, é importante que o aluno realize a autocorreção percebendo as possibilidades gramaticais e sintáticas existentes na composição de sua própria produção textual.

4. Conclusão

O jovem ingressante na educação do campo encontrará muitos desafios, sobretudo ao se deparar com a sala de aula, sobretudo ao trabalhar com a gramática. Analisar o processo formativo, considerando-se não somente seus contras, mas também seus prós, poderá nos dar um norte em relação a melhor forma de atuar no âmbito escolar. A análise feita através deste artigo mostra apontou tais desafios, como também, a partir de reflexões sobre propostas concretas de atividades de ensino e aprendizagem de língua em sala de aula, possíveis formas de encarar nossa formação e ver o campo com olhos mais realistas considerando suas reais necessidades de uma formação de qualidade.

Referências

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

